

Preservação de nascentes está garantida

DF - Brasília

Siv-Água promete remover em 15 dias todas as construções ilegais na Colônia Agrícola Águas Claras, no Guará II

O diretor do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água), Carlos Magno, garantiu ontem que dentro de 15 dias removerá todas as construções ilegais na Colônia Agrícola Águas Claras, no Guará II. A área de preservação ambiental foi parcelada pelos antigos chacareiros e vem sendo ocupada irregularmente. Muitas casas foram construídas a menos de 15 metros do Córrego Vicente Pires. Além disso, a região é dominada por nascentes e veredas, o lençol freático está a apenas 30 centímetros da su-

perfície e as minas vêm sendo aterradas.

A ação do Siv-Água, órgão criado pelo governador Joaquim Roriz para defender os mananciais, não agradou ao secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Jorge Pinheiro. Segundo ele, as notificações aos moradores, expedidas desde abril, não foram assinadas por um fiscal da Semarh, embora tivessem timbre da secretaria. O fiscal - José Aquiles Tollstadios -, explicou Pinheiro, fora transferido para o Siv-Água e levou consigo os talonários da Semarh. Pinheiro se disse "estartrecido" com o trabalho do

Siv-Solo na invasão e prometeu que tudo faria para impedir novas derrubadas.

A posição de Pinheiro irritou o governador Roriz, que interveio na polêmica. Ficou do lado das nascentes e contra os invasores, desautorizando o secretário. Por intermédio do porta-voz, Paulo Fona, Roriz afirmou que o Siv-Solo cumpriu o seu papel. "As edificações que foram derrubadas prejudicavam as nascentes", disse o governador. Acrescentou que se faltou alguma autorização para a ação, "o governador assina".

Ontem, Jorge Pinheiro desapareceu. O **Jornal de Brasília**

tentou ouvir o secretário sobre o assunto por diversas vezes. Quando os telefones não eram atendidos, assessores não sabiam informar onde ele estava.

Desde que iniciou a ação na Colônia Agrícola, o Siv-Água derrubou mais de três mil metros quadrados de construções irregulares.

ORLA - Embora o secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, tenha anunciado que a derrubada das construções irregulares na orla do Lago Paranoá começaria no primeiro dia deste mês, todas continuam intactas. Os fiscais, porém, começaram a multar os infratores, on-

tem. Quem recebeu a multa terá dez dias para recorrer. Se o pedido for negado, o infrator poderá pagar a partir de R\$ 34,2 mil por infrações leves. Em casos gravíssimos, o valor mínimo é de R\$ 64,7 mil.

Estão sendo multados aqueles que, após notificados durante a fiscalização da ocupação da orla, deixaram de apresentar um Plano de Recuperação de Área Degradada (Prad) à secretaria. O prazo para a entrega da proposta terminou no dia 30 de junho.

Os proprietários terão a chance de fazer a remoção por conta própria, para que eles não percam os materiais utili-

zados. Se não tiver a colaboração dos proprietários, a Secretaria de Meio Ambiente enviará um ofício com o pedido da derrubada para a Secretaria de Fiscalização, que deverá encaminhar o pedido ao Siv-Solo, responsável pela remoção das construções.

A fiscalização da orla do Lago não terminou. Algumas casas do Lago Sul ainda serão visitadas. Das 150 irregularidades encontradas nas casas até agora pelos fiscais, a maioria refere-se à ocupação inadequada da Área de Preservação Permanente (APP), faixa de 30 metros a partir da margem que não pode ser modificada.